

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Ata da Reunião Ordinária nº 53 do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro)

Data: 13/11/2014

Horário: das 14h30 às 17h

Local: Sede do MCTI – Brasília/DF

1. Convocados

Alvaro Toubes Prata (Presidente/MCTI) - Presente

Cristiane M.S Abreu Barbosa (FINEP) – Representada por Rogério Amaury de Medeiros

Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo (CNPq) - Presente

Elias Ramos de Sousa (ANP) - Representado por Tathiany Moreira

João José de Nora Souto (MME) – Ausência Justificada

Jailson Bittencourt de Andrade (Comunidade Acadêmica/UFBA) - Presente

Nelson Ebecken (Comunidade Acadêmica/UFRJ) - Presente

André Lima Cordeiro (Setor produtivo/CENPES) – Ausência Justificada

Carlos Camerini (Setor produtivo/ONIP) - Presente

2. Convidados

Rogério Amaury de Medeiros (FINEP) - Presente

Monique Pyrrho (MCTI) - Presente

Marony Farias (CNPq) - Presente

Tathiany Moreira (ANP) - Presente

Elianne Prescott (MCTI) - Presente

Marcos Tocano (MCTI) - Presente

3. Pauta da Reunião

1. ABERTURA
 - 1.1. Ata da última reunião
2. PNPC – PROGRAMA NACIONAL DE PLATAFORMAS DO CONHECIMENTO
3. ORÇAMENTO DO FNDCT 2014
 - 3.1. Plano de investimento 2014 aprovado pelo Conselho Diretor do FNDCT;
 - 3.2. Plano de investimento 2014 do Fundo Setorial
 - 3.3. Balanço da execução das ações autorizadas pelo comitê em 2013 e 2014:
 - 3.3.1. Apresentação da FINEP; e
 - 3.3.2. Apresentação do CNPq
4. CENÁRIO 2015 (PLOA)
5. OUTROS ASSUNTOS
 - 5.1. Relatório de execução 2013
 - 5.2. PLATEC e Sistema Integrado de Produção Submarina

4. Discussões dos Assuntos em Pauta

4.1. Abertura

A reunião foi iniciada pelo Presidente do Comitê, Alvaro Toubes Prata, que agradeceu a presença de todos. Antes de começar a reunião propriamente, submeteu a pauta e sugeriu a inclusão, como outro assunto, da apresentação a ser realizada pelo Sr. Carlos Camerini sobre a PLATEC e o Sistema Integrado de Produção Submarina. A pauta com esta inclusão foi aprovada por unanimidade.

4.1.1. Aprovação da ata da 52ª Reunião do Comitê

Os Membros do Comitê foram questionados pelo Presidente acerca do conteúdo da ata da última Reunião Ordinária. Os presentes concordaram que a ata era condizente com o evento e aprovaram o documento.

4.2. PNPC – Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento

Ressaltando o avanço que o País tem alcançado nas áreas de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação nos últimos anos, o Presidente do Comitê destacou a necessidade de constantes aprimoramentos na promoção de C,T&I no Brasil. Segundo ele, o PNPC surge justamente para



contribuir como um mecanismo de crescente aproximação entre o desenvolvimento científico e tecnológico e a realidade brasileira.

O Programa visa à articulação de competências em um arranjo institucional público-privado para a identificação de oportunidades estratégicas e solução de problemas técnicos cruciais para o desenvolvimento do País. Até o presente momento, foram identificadas como áreas/oportunidades estratégicas: Agricultura, Saúde, Energia, Aeronáutica, Manufatura Avançada, TICs, Construção Naval, Pesquisas sobre a Amazônia, Recursos Minerais e Defesa. É prevista a organização de 20 plataformas nos próximos de 10 anos.

No que concerne ao Petróleo, Carlos Camerini destacou as convergências entre o PNPB e o já em vigor PROCAP - Programa de Inovação Tecnológica e Desenvolvimento Avançado em Águas Profundas e Ultraprofundas. Este, que inicialmente contava com parcerias internacionais, foi apontado como um arranjo institucional dos mais diversos segmentos envolvidos na área, podendo servir inclusive como ponto de partida para a organização de uma Plataforma de Conhecimento em Petróleo e Gás. Nesta posição, o membro foi seguido por Tathiany Moreira, que representava a ANP. Esta destacou o papel estruturante do PROCAP e o apoio da ANP ao Programa.

O Presidente do Comitê anunciou a proximidade de reuniões sobre o tema, que têm por intuito discutir os enfoques específicos da Plataforma na área de P&G. Comentou ainda que a produção submarina tem sido um dos temas cogitados, mas que as discussões ainda estão abertas e se tem buscado um amadurecimento no sentido de identificar sinergicamente problemas/oportunidades estratégicas.

4.3. Orçamento do FNDCT 2014

4.3.1. Plano de Investimento 2014 aprovado pelo Conselho Diretor do FNDCT

Em outubro de 2013, o Conselho Diretor do FNDCT reuniu-se e aprovou a proposta de orçamento do FNDCT que comporia a PLOA do próximo exercício. Na ocasião da aprovação e publicação da LOA, a proposta do Ministério referente ao FNDCT na PLOA foi acatada integralmente. Em acréscimo, a LOA diferiu apenas em um crédito de aproximadamente R\$ 225 mi referente ao ajuste cambial do Programa Ciência Sem Fronteiras. Consequentemente, o orçamento do FNDCT, que na PLOA foi de R\$ 3.398,1 mi, na LOA com créditos em 2014 totalizou R\$ 3.623,2 mi. O plano de investimento do FNDCT em suas modalidades de aplicações encontra-se detalhado no quadro abaixo.

Quadro 1 – Plano de Investimento FNDCT 2014

FNDCT	Aprovado pelo CD em out/2013 (base PLOA 2014)	
	Em R\$ milhões	LOA + Crédito 2014 Em R\$ milhões
APLICAÇÕES PRÉ-DEFINIDAS	879,00	879,00
EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS	209,00	209,00
INVESTIMENTO EM EMPRESAS INOVADORAS	50,30	50,30
INCENTIVO AO INVESTIMENTO EM C&T - GARANTIA DE LIQUIDEZ	1,00	1,00
SUBVENÇÃO ECONÔMICA	269,10	269,10
Outras Ações do FNDCT (Fonte 100)	38,90	38,90
P&D EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	250,70	250,70
SIRIUS	50,00	50,00
LNNANO	10,00	10,00
NOVAS AÇÕES	767,00	992,20
CsF	767,00	992,20
AÇÕES ESPECÍFICAS DOS FUNDOS SETORIAIS	1.752,10	1.752,10
FUNDOS VERTICIAIS	1.078,20	1.078,20
AÇÕES TRANSVERSAIS	673,90	673,90
TOTAL	3.398,10	3.623,20

Após o Limite de Empenho, no entanto, o orçamento efetivamente disponível para as ações do FNDCT passou a ser de R\$ 2,472 bi, o que representa um montante contingenciado de mais de R\$ 1,2 bilhão. A acomodação da disponibilidade, no entanto, não pode ser feita de forma homogênea já que algumas ações são menos sujeitas ao contingenciamento como bolsas em andamento. A distribuição do limite de empenho nas modalidades de ação do FNDCT pode ser visualizada no quadro abaixo.

Quadro 2 – Limite de Empenho FNDCT 2014

Ações do FNDCT	LOA 2014 + Crédito (A)	Limite de Empenho 2014 (B)	B/A
APLICAÇÕES PRÉ-DEFINIDAS	878,90	735,68	84%
EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS	208,90	208,99	100%
INVESTIMENTO EM EMPRESAS INOVADORAS	50,30	41,03	82%
INCENTIVO AO INVESTIMENTO EM C&T - GARANTIA DE LIQUIDEZ	1,00	0,02	2%
SUBVENÇÃO ECONÔMICA	269,10	200,23	74%
Outras Ações do FNDCT (Fonte 100)	38,90	13,24	34%
P&D EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	250,70	212,16	85%
SIRIUS	50,00	50,00	100%
LNNANO	10,00	10,00	100%
NOVAS AÇÕES	992,24	992,24	100%
CsF	992,24	992,24	100%
AÇÕES ESPECÍFICAS DOS FUNDOS SETORIAIS	1.752,10	744,35	42%
FUNDOS VERTICIAIS	1.078,20	447,91	42%
AÇÕES TRANSVERSAIS	673,90	296,44	44%
TOTAL FNDCT	3.623,24	2.472,27	68%

Adicionalmente, os compromissos anteriormente aprovados, como ações verticais, transversais, subvenções e outras ações, totalizam uma demanda da ordem de R\$ 2,05 bi para o FNDCT, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 3 – Compromissos anteriores com impacto em 2014

AÇÕES	R\$ milhões
Fundos Setoriais	694,2
Ação Transversal	706,39
Subtotal Fundos	1.400,59
Subvenção	271,93
Outras ações FNDCT	18,62
Instrumentos	364,77
Subtotal outras ações	655,32
TOTAL	2.055,91

Diante da imposição do limite de empenho e da conseqüente impossibilidade de executar todas as ações previamente aprovadas, o Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais deliberou prioridades de execução para o FNDCT no exercício de 2014.

Assim, foi definido um desembolso de no máximo 30% do previsto para 2014 de operações já contratadas; o desembolso de no máximo 10% do programado para 2014 de operações ainda não contratadas, mas já selecionadas em editais.

Adicionalmente, o exercício de 2014 não contaria com aprovações de novas ações verticais, exceto o PROINFRA 2014 no valor de R\$ 400 milhões, com o desembolso a partir de 2015; a Carta-Convite “Apoio a obras de IES de editais do CT-Infra”: R\$ 100 milhões para 2015; um evento - CT-Transporte no valor de R\$ 42 mil e o Startup - Brasil 2ª Edição - CT-INFO (Edital 12/2014) no valor de R\$ 20 milhões, sendo R\$ 10 milhões previstos para 2014.

Foi determinado ainda que as ações transversais novas no período se limitassem às seguintes: edital Universal 2014 (Edital 14/2014) no valor de R\$ 200 milhões, sendo R\$ 150 milhões do FNDCT (a serem executados R\$ 75 milhões em 2015 e o mesmo valor em 2016) e R\$ 50 milhões do CNPq; Edital INCTs 2014 (Edital 16/2014) no valor R\$ 641 milhões, sendo R\$ 100 milhões do FNDCT (R\$ 50 milhões em 2015 e R\$ 50 milhões em 2016); Capacitação Institucional (PCI) no valor de R\$ 25 milhões (R\$ 20 milhões em 2014); Inova Energia (Convite) no valor de R\$ 44,18 milhões, sendo R\$ 20 milhões em 2014; Inova sustentabilidade (Edital) no valor de R\$ 30 milhões, sendo R\$ 8 milhões em 2014; encomenda ‘Ampliação do Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho’ – Acordo de Cooperação França-Brasil em Computação de Alto Desempenho no valor de R\$ 60 milhões.

O Presidente observou ainda que, considerando o limite de empenho, as despesas operacionais e taxas de administração e ainda o impacto das novas ações, resta um saldo de R\$ 898 milhões que não dá cobertura aos R\$ 2.055,9 milhões demandados por compromissos anteriormente firmados para o exercício de 2014.



4.3.2. Plano de Investimento 2014 do Fundo Setorial

Houve, no momento dedicado ao tópico de Plano de Investimento 2014 do CT-Petro, uma recapitulação das últimas transformações que atingiram a fonte de recursos do Fundo.

A Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012, alterou as regras da destinação dos royalties do petróleo, ou seja, a compensação financeira devida à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios pela exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal.

Essa Lei altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, implicando em novas regras de distribuição dos royalties e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos entre os entes da Federação.

Tal alteração gerou grande comoção e polêmica, principalmente naquilo que tange aos impactos financeiros em contratos já firmados. Em virtude da urgência e dos riscos referentes à mudança no regime de partilha, foi deferida pelo Supremo Tribunal Federal medida cautelar que suspende os efeitos de inúmeros das alterações promovidas pela Lei n. 12.734/2012, até o julgamento final da Ação.

Em decisão política, enquanto a Ação ainda permanece em julgamento e o regime de partilha dos royalties sem definição estabelecida, foi promulgada a Lei 12.858/2013, que destina parcela da participação dos royalties do petróleo para as áreas de educação e saúde.

Além da falta de segurança jurídica que envolve a matéria, atualmente, não há qualquer destinação de receita dos royalties para o FNDCT. Em virtude desta transformação e da inexistência de fonte vinculada para o Fundo, os recursos do Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural - CT-Petro têm sido recompostos pela fonte 100 do Tesouro Ordinário.

Adicionalmente, em 2014, os recursos do CT-Petro, como grande parte do FNDCT, também sofreram limite de empenho. Conseqüentemente, não foi possível honrar todos os compromissos anteriormente firmados e tampouco houve cenário para deliberação de novas ações em 2014.

4.3.3. Balanço da execução das ações autorizadas pelo comitê em 2013 e 2014

4.3.3.1. Apresentação da FINEP

Em um paralelo com o exercício de 2013, o representante da FINEP, Rogério Medeiros, expôs a execução orçamentária e financeira dos recursos do fundo em 2014. Embora as alterações da legislação já tenham atingido o Fundo, houve uma reposição de recursos do Tesouro e ao CT-Petro foi atribuído um orçamento de R\$ 142,6 milhões em 2014. Ainda que inicialmente este valor não tenha se distanciado tanto da LOA de 2013, que contou com R\$ 168,6 milhões, o orçamento de 2014 do Fundo teve apenas R\$ 30,6 milhões efetivamente disponíveis após limite de empenho.

Excepcionalmente, o limite financeiro superou o orçamentário. Estas e outras informações são expostas no quadro comparativo abaixo.

Quadro 4 – Execução Orçamentária e Financeira CT-Petro 2013/2014

	Em R\$ milhões	
	2013	2014
VALOR AUTORIZADO LOA	168,6	142,6
Total Empenhado/Descentralizado	89,1	30,6
Projetos	62,7	24,7
CNPq	21,4	1,2
Valores Pagos	49,6	36,0
Pagamentos do ano	42,6	25,9
Restos Pagos	7,0	10,1

Em um segundo momento, o representante da FINEP dedicou-se à apresentação das ações aprovadas pela Agência em 2013 e implantadas em 2014. Foram destacadas as seguintes ações:

- Chamadas Públicas
 - Programa Inova Petro (R\$ 60 milhões);
- Encomendas Finep
 - UFS – 7º Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás – PDPETRO (R\$ 0,2 milhão);
 - ONIP - Plataformas Tecnológicas para o Setor Petróleo e Gás - PLATEC III (R\$ 2,0 milhões);
 - ANP - Programa de Recursos Humanos da PRH/ANP/MCTI (R\$ 30 milhões)
 - SENAI – CIMATEC Lab de Modelagem Computacional P&G (R\$ 15 milhões)
 - USP - Rede de P&D em Gás Não Convencional no Brasil (GASBRAS) (R\$ 20 milhões)
 - UFC - Laboratório de Mecânica dos Pavimentos CT em Asfalto N/NE (R\$ 2,2 milhões)
 - SIBRATEC - Rede de Centros de Inovação em Nanodispositivos e Nanosensores (R\$ 6,0 milhões)
 - SIBRATEC - Rede de Centros de Inovação em Nanomateriais e Nanocompósitos (R\$ 6,0 milhões)

O representante da FINEP deu destaque aos dados da análise de propostas apresentadas por ocasião da Chamada Pública Inova Petro. Com a abertura para submissão, foram apresentadas 38 cartas de manifestação de Interesse no valor de R\$ 2,8 bilhões. No entanto, só foram considerados adequados 16 planos de negócios, no valor de R\$ 0,55 bilhão. Ao final do processo, foram

aprovados 11 planos de negócios, no valor de R\$ 0,35 bilhão. Destes, 3 planos já foram contratados, e totalizam R\$ 76 milhões. As linhas temáticas apoiadas na Chamada foram Instalações Submarinas, Processamento de Superfície, Instalações de Poços, Inovações de Produto, e Processo e/ou Serviço na Cadeia de Petróleo & Gás.

Em Janeiro de 2014, foi lançado o 2º edital da Chamada Inova Petro. As linhas temáticas permaneceram as mesmas. A demanda inicial foi de 28 cartas de manifestação de interesse, no valor de R\$ 687 milhões. Destas, 17 Cartas, no valor de R\$ 471 milhões, enquadravam-se nos requisitos da Chamada. No momento da reunião do Comitê, 11 Planos de negócios recebidos, no valor de R\$ 207 milhões, estavam em fase de análise.

Então, foi apresentada a expectativa quanto às demais ações previstas para 2015. A chamada Pré-sal Cooperativos ICT-Empresas 03/2010 realizou um seminário de avaliação em outubro de 2014. Na perspectiva oferecida pelo representante da Agência, esta chamada ainda encontra-se em fase de maturação e o processo tem apresentado lentidão. A chamada Redes Cooperativas CTPetro N-NE foi recapitulada e analisada durante seminários de encerramento. O programa será descontinuado. Entre as encomendas, o Programa de Recursos Humanos da PRH/ANP/MCTI, até o momento da reunião, contava com recursos orçamentários somente até o mês de março. A encomenda apresentava-se, portanto, em situação crítica. A encomenda SENAI – CIMATEC Lab de Modelagem Computacional P&G também não havia recebido aporte no exercício de 2014. A encomenda USP - Rede de P&D em Gás Não Convencional no Brasil encontrava-se ainda em fase inicial, seu início foi atrasado devido à impossibilidade de contratação em virtude do período eleitoral. Adicionalmente, ainda no espectro das ações a serem apoiadas no exercício de 2015, encontravam-se a encomenda UFPE – Centro Nacional de Tecnologia em União e Revestimento de Materiais – CNTM e a encomenda UFMG – 8º Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás – PDPETRO.

4.3.3.2. Apresentação do CNPq

A representante do CNPq, Marony Farias, apresentou as duas ações aprovadas em 2013 que teriam impacto no exercício de 2014.

A primeira das ações foi o edital Universal CNPq 2013. O comitê havia aprovado um aporte de R\$ 10 milhões. Até o momento, nenhum recurso havia sido de fato executado devido à insuficiência de limite orçamentário.

A segunda ação, Chamada 40/2013 - Seleção Pública de Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação voltados para a Cadeia Produtiva do Biodiesel, foi aprovada em 2013 e recebia aporte do CT-Petro, do CT-Agro, do CT-Energ e do FNDCT diretamente. A chamada teve uma demanda bruta de 397 propostas, no valor total de R\$ 233,4 milhões. Delas, 88 propostas, no

valor de R\$ 49 milhões foram recomendadas por mérito pelo comitê avaliador. Ao final, somente 44 propostas foram aprovadas no valor de R\$ 25,6 milhões. Do total previsto para a ação, R\$ 10 milhões seriam aportados pelo CT-Petro. Até o momento da reunião, do referente ao exercício de 2014 já haviam sido empenhados R\$ 4,98 milhões, dos quais R\$ 4,13 foram efetivamente pagos, restando a pagar R\$ 0,85 milhão.

4.4. Cenário 2015 (PLOA)

4.4.1. Início do processo de planejamento das ações de 2014

Neste tópico foi inicialmente apresentado pelo presidente do fundo o quadro abaixo com a consolidação da previsão de despesas do FNDCT constante na Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2015 e sua comparação com o exercício anterior.

Quadro 5 – FNDCT - Comparativo PLOA 2014, Limite de Empenho 2014 e PLOA 2015

FNDCT	PLOA 2014	LIMITE EMPENHO 2014	DE	PLOA 2015
APLICAÇÕES PRÉ-DEFINIDAS	879,0	735,7		1.246,3
Equalização de taxas de juros	209,0	209,0		198,1
Investimento em empresas inovadoras	50,3	41,0		50,0
Incentivo ao investimento em C&T - garantia de liquidez	1,0	0,0		1,0
Subvenção econômica	269,1	200,2		225,9
Outras ações do FNDCT (fonte 100)	38,9	13,2		20,0
P&D em Organizações Sociais	250,7	212,2		479,8
SIRIUS	50,0	50,0		260,5
LNNANO	10,0	10,0		11,0
OUTRAS AÇÕES	767,0	992,2		1.067,0
CsF	767,0	992,2		1.067,0
AÇÕES ESPECÍFICAS DOS FUNDOS SETORIAIS	1.752,1	744,4		1.423,4
FUNDOS VERTICIAIS	1.078,2	447,9		485,8
AÇÕES TRANSVERSAIS	673,9	296,4		937,6
TOTAL FNDCT	3.398,1	2.472,3		3.736,6

Em um segundo momento, o presidente do Comitê apresentou em detalhe os recursos previstos para 2015 conforme a distribuição entre os fundos e outras ações do FNDCT. Estas informações encontram-se no quadro abaixo.

Quadro 6. PLOA FNDCT 2015

AÇÕES FNDCT	Valor
CT-AERONÁUTICO	20.100,0
CT-AGRONEGÓCIO	2.800,0
CT-AMAZÔNIA	3.500,0
CT-BIOTECNOLOGIA	1.700,0
CT-ENERGIA	6.800,0
CT-ESPACIAL	1.000,0
CT-HIDRO	17.700,0
CT-INFO	2.200,0
CT-INFRA	300.000,0
CT-INOVAR-AUTO	100,0
CT-MINERAL	300,0
CT-PETRO	30.000,0
CT-SAÚDE	36.900,0
CT-TRANSP.AQUAVIÁRIO	13.500,0
CT-TRANSPORTE	380,6
CT-VERDE AMARELO	38.800,0
TOTAL - Ações Verticais	485.780,6
AÇÃO TRANSV. - Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas (2014)	937.568,7
TOTAL - Fundos Setoriais	1.423.349,3
OUTRAS AÇÕES DO FNDCT	20.000,0
TOTAL FNDCT NÃO REEMBOLSAVEL	1.443.349,3
TOTAL - OS	751.282,7
SIRIUS	260.530,0
LNNANO	10.946,1
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NAS ORGANIZACOES SOCIAIS	479.806,6
OPERAÇÕES ESPECIAIS	1.541.988,2
Equalização de taxa de juros em financiamento a inovação tecnológica (lei n. 10.332, de 2001)	198.088,2
Investimento em empresas inovadoras	50.000,0
Incentivo ao investimento em C&T - instrumentos de garantia de liquidez	1.000,0
Subvenção	225.900,0
Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos qualificados para C,T&I (CsF)	1.067.000,0
TOTAL (Fundos Setoriais + OS + Instrumentos + Subvenção + Outras Ações)	3.736.620,2

O Presidente comentou as expectativas de um cenário ruim para 2015. Ainda sem decisões finais a respeito da Ação em curso no STF, o orçamento do Fundo continuará vindo de fonte direta do Tesouro e neste exercício será bastante diminuído em relação aos anos anteriores. Certamente, os recursos não honrarão com compromissos anteriores e inviabilizam quaisquer novas ações. A insuficiência do orçamento do CT-Petro e sua tendência de queda, porém, são indicativos de um cenário mais abrangente, permeado por frequentes contingenciamentos e uma redução progressiva das ações específicas, que atinge o FNDCT como um todo.



Os membros engajaram-se em um debate a respeito da presente situação do Fundo e suas expectativas para o futuro. Foi sugerido que um dos ajustes que trariam significativo impacto orçamentário seria o financiamento do Ciência Sem Fronteiras por parte do Fundo Social. Ações como estas, que apoiam a formação de discentes, foram consideradas importantes embora mais adequadas por sua natureza a financiamentos ligados à educação. A busca por parcerias com outros Órgãos e Ministérios surgiu como um mecanismo adicional que possibilitaria alavancar recursos para a pesquisa no setor. A diferença, ao longo de todos os anos de existência do CT-Petro, entre o arrecadado e o efetivamente revertido ao Fundo poderia também servir de fonte de recursos, ao menos para cumprir com os compromissos já efetuados. Como conclusão geral, observou-se que é necessário repensar a presente estratégia brasileira de investimento em C,T&I e buscar novas fontes de recursos que tragam impactos reais para o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

4.5. Outros Assuntos

4.5.1. Relatório de execução 2013

O Relatório de Execução de 2013 foi submetido à avaliação e aprovado pelos membros.

4.5.2. PLATEC e Sistema Integrado de Produção Submarina

Carlos Camerini apresentou o Sistema Integrado de Produção Submarina que atuando por meio de uma encomenda com a ONIP, já funciona como uma plataforma do conhecimento e supera as expectativas de execução.

Por último, o presidente do Fundo trouxe ao conhecimento dos membros correspondência trocada com Elias Ramos de Souza, Superintendente de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológica da ANP. O tema em pauta foi a continuidade do PRH. Na qualidade de Presidente do Fundo, Alvaro Prata reafirmou a importância e prioridade atribuída ao programa por parte dos membros em reuniões anteriores. No presente momento de escassez de recursos e de insegurança de futuras fontes orçamentárias, no entanto, o CT-Petro pode apenas expressar sua pretensão de continuar apoiando a ação, sem garantir mais aportes. O próprio FNDCT, entretanto, poderia oferecer recursos diretamente. Para uma decisão neste sentido, o Presidente do Fundo e também Secretário Executivo do MCTI recomenda aguardar um maior clareza quanto ao Cenário 2015.

Em conclusão, os membros concordaram que é crítica a dependência orçamentária do programa PRH perante o FNDCT, principalmente diante à conjuntura incerta do CT-Petro.



Por fim, o Presidente encerrou a Reunião agradecendo a presença de todos.

Brasília, 13 de novembro de 2014

Presidente do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Petróleo e Gás Natural